

Justiça em

ano V - agosto 2011 - número 24



REVISTA

publicação bimestral da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo

Avaliação de Servidores

Como funciona esta importante etapa da vida funcional dos servidores do Poder Judiciário



NESTA EDIÇÃO

CERTIDÕES ONLINE

OS BASTIDORES DE UMA AUDIÊNCIA

SAÚDE POSTURAL NO TRABALHO

PERFIL REGIONAL DE PIRACICABA

Primeiro Semestre

A Justiça em Revista inicia o segundo semestre do ano de 2011 e inevitavelmente fazemos um balanço dos acontecimentos da Justiça Federal no semestre passado.

Destaco a posse de novos juízes federais, ocorrida em junho. Estes novos magistrados, pela alta capacidade técnica que demonstraram, logrando aprovação em concurso de tão alto nível, são recebidos pela instituição com muita alegria e a certeza de que todos desenvolverão um excelente trabalho na prestação jurisdicional. Toda esta expectativa não se restringe apenas aos novos magistrados, mas também aos novos servidores. No total, 172 servidores tomaram posse no primeiro semestre. Dou boas-vindas a estes novos magistrados e servidores que tanto batalharam para chegar até a nossa instituição e desejo que todos se realizem profissionalmente dentro da Justiça Federal, concretizando esta realização por meio do nosso "produto" final: fazer justiça.

No primeiro semestre, tivemos também a ampliação da Justiça Federal no Estado de São Paulo, na qual destaco as últimas inaugurações em Mogi das Cruzes, o Juizado Especial Federal de Santo André e a Central de Conciliação da Subseção Judiciária de São Paulo. Além destas ampliações que, com certeza, aproximarão ainda mais a Justiça da população, a Seção Judiciária de São Paulo iniciou



a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) nas varas previdenciárias. Após a fase de testes e ajustes no novo sistema, este será implantado gradativamente em todas as varas federais e possibilitará que a nova linguagem seja padronizada em todo o Poder Judiciário, tornando as informações dos processos virtuais e mais acessíveis. Isto implica não só em uma melhora no modelo atual de trabalho, mas

também atingirá metas de sustentabilidade com a redução do papel e, ainda, maior transparência no acesso destes processos.

Estes trabalhos e eventos destacados neste editorial, além de outras ações da Justiça Federal em São Paulo, podem ser acessadas em nossa videoteca virtual (podcasting) no endereço: www.jfsp.jus.br/podcasting/.

Nesta edição de agosto/setembro, as reportagens tratam da inovação das certidões online, o processo de avaliação de novos servidores, o trabalho realizado nas audiências, a saúde postural necessária para a boa qualidade de vida no ambiente de trabalho e o perfil da região da Subseção de Piracicaba. Por fim, a revista inaugura a nova seção "memória", que tem a contribuição da área de Centro de Memória. Este espaço possibilitará ao leitor conhecer um pouco mais da trajetória do Poder Judiciário e os personagens que se destacaram na construção desta história.

Desejo a todos uma ótima leitura e agradeço aos colaboradores que possibilitaram o levantamento de dados das matérias desta edição.

CARLOS ALBERTO LOVERRA
Juiz Federal Diretor do Foro

EXPEDIENTE

Juiz Federal Diretor do Foro
Carlos Alberto Loverra

Juízes federais vices-diretores do foro
José Henrique Prescendo (capital)
Roberto da Silva Oliveira (interior)

Diretor da Secretaria Administrativa
Oscar Paulino dos Anjos

Diretor do Núcleo de Comunicação Social
Helio C. Martins Junior

Seção de Multimídia e Audiovisual
Gerrinson Rodrigues de Andrade (supervisor)
Coaracy Caracas
Elizabeth Branco Pedro
Javã de Carvalho

Seção de Produção de Texto
e Atendimento à Imprensa
Ricardo Acedo Nabarro (supervisor)
Jefferson Messias
Fernando Coleti

Estagiários
Cíntia Ranusia
Vinicius Ribeiro
Rafaela Rodrigues

Contato: imprensa-jfsp@jfsp.jus.br
Telefones: (11) 2172-6175

Visite também a versão virtual da revista em
<http://intranet.jfsp.jus.br/revista/index.htm>



Audiências	03
Aconteceu	04
Capa: Avaliação de Desempenho	06
Certidões Online	08
Postura saudável	09
Perfil Regional: Piracicaba	10
Livros e Memória	11
Imagem da Vez	11

Ao lado do juiz, frente a frente com as partes

Cíntia Ranússia Carvalho

Na Justiça Federal, servidores ocupam as mais variadas atividades. De forma direta ou indireta, toda a "equipe Justiça Federal" trabalha para atender a sociedade, resolvendo pleitos de pessoa física ou jurídica que recorrem à instituição para a busca de alguma solução. Esta edição da Justiça em Revista traz em destaque um trabalho muito importante, que carrega em si um diferencial: o contato com todas as partes do processo, presencialmente, o que permite ver os dois lados da "moeda".

Os assistentes de audiências não só auxiliam o juiz no momento das oitivas e interrogatórios, mas começam com o trabalho da preparação de pautas, verificam com antecedência o processo para conferir se não há nada que impeça a realização da audiência, como por exemplo, se foram expedidos todos os mandados, se as partes foram intimadas etc.

A servidora Elizabeth Vieira de Souza, atualmente na 6ª vara federal criminal em São Paulo, trabalha como assistente de audiências há mais de 20 anos e conta um pouco de sua experiência nessa área. "No dia da audiência tenho que deixar tudo preparado no sistema, fazer as qualificações das pessoas a serem inquiridas e, durante a audiência, monitorar a gravação para que dê tudo certo", diz.

Com o novo sistema audiovisual, Elizabeth conta que o trabalho ficou bem mais fácil, porque quando começou a realizar este trabalho, há vinte anos, era complicado. Não existia computador nas varas. Tudo era feito na máquina de escrever elétrica e com papel carbono. "Aí sim era um sofrimento. Depois veio o computador, que já ajudou bastante e, agora, com o sistema de gravação, estou no 'paraíso'. Quando foi instalado esse sistema tivemos alguns problemas, mas era uma questão de adaptação. Hoje tem funcionado muito bem".

O trabalho de acompanhar audiências faz com que este profissional esteja em contato com a vida das pessoas que fazem parte dos processos, assim como acontece com os juízes. E isso pode trazer experiências boas e ruins e casos inusitados.

A servidora Elizabeth explica que antes, quando tinha que estar atenta para digitar os termos, não conseguia prestar atenção nos depoimentos pois tinha que estar concentrada para não perder o que era ditado pelo juiz. Depois da implementação do novo sistema, ela só necessita controlar a aparelhagem e pode prestar mais atenção ao que é dito pelas partes. "Você houve a versão das pessoas, às vezes se emociona, às vezes fica com raiva", diz. Segundo a servidora, por ser

um trabalho muito estressante, a maioria dos funcionários não gosta de ficar na sala de audiências. Por isso, a calma é um atributo necessário para que esta função seja exercida.

A servidora Cláudia Regina Lopo da Silva, da 4ª vara federal criminal em São Paulo, trabalha em audiências há pouco mais de um ano e disse que existem momentos muito tensos nessas horas. "Há pessoas, por exemplo, que de tão nervosas começam a fazer uma espécie de terapia e chegam a me contar, nos momentos que antecedem a audiência, coisas particulares, momentos de alegria e tristeza. Já houve quem me pedisse conselhos (risos)".

Além disso, Cláudia explica que o relacionamento com o juiz deve ser de parceria e colaboração e que as partes do processo devem ser tratadas com cordialidade e educação. "Busco estar atenta para que o ato judicial ocorra da maneira mais perfeita possível", diz.

Quando perguntada sobre situações inusitadas que eventualmente viveu exercendo a função, Elizabeth conta que certa vez, numa audiência com réus estrangeiros acusados de tráfico de entorpecentes, com os quais foram apreendidos quinhentos quilos de cocaína, o diretor da vara disse que os réus estavam planejando fugir no trajeto do presídio para a audiência. "Parecia cena de cinema. A Polícia Federal fechou todos os arredores do prédio e os policiais chegaram armados com metralhadoras. Um dos acusados chegou passando mal. Aquele dia foi bem marcante. No final acabou dando tudo certo, ninguém fugiu".

A servidora Cláudia conta uma situação bastante engraçada que presenciou em uma audiência. "Um dia desses um réu disse que estava com problemas na próstata e disse: quer ver? E foi se levantando para mostrar. Aí a juíza disse rapidinho: não precisa!".



A servidora Elizabeth Vieira de Souza trabalha como assistente de audiências há mais de 20 anos

Fotos: Ricardo A. Nabarro



30/6 – CENTRAL DE CONCILIAÇÃO. Foi inaugurada no centro da capital (Praça da República, 299) a primeira Central de Conciliação da 3ª Região. No local se concentram todas as audiências de conciliação da Grande São Paulo, a fim de dinamizar os trabalhos dessa prática que vem se mostrando um dos meios mais eficazes na solução de conflitos.*

Fotos: Helio C. Martins Jr.



30/6 – ENCONTRO DE DIRETORES. O Núcleo de Acompanhamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos promoveu, nos dias 30/6 e 1/7, o "III Encontro de Diretores de Secretaria e dos Juizados Especiais Federais", em Campinas/SP.*

Fotos: Helio C. Martins Jr.



Fotos: Fernando Coletti

NOVOS JUÍZES. Os 32 juizes federais que tomaram posse no dia 22/6 passaram por ambientação de 40 dias na Escola de Magistrados do TRF3.*

30/5 - CURSO CVM . Nos dias 26 e 27/5, o Fórum Criminal de São Paulo realizou o curso "Introdução ao Mercado de Capitais: noções básicas, competências, sanções administrativas e criminais", promovido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em parceria com a Justiça Federal de São Paulo.*

Fotos: Ricardo A. Nabarro



27/6 – CONBRASCOM 2011. Com o objetivo de debater os "Direitos Fundamentais da Comunicação", o Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação da Justiça – CONBRASCOM 2011 reuniu, nos dias 20, 21 e 22/6, os assessores de comunicação do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensorias, Tribunais de Contas e instituições afins de todo o país.



30/5 - 1ª VARA-GABINETE DO JEF EM SANTO ANDRÉ. O presidente do TRF3, desembargador federal Roberto Haddad, e o diretor do Foro da Seção Judiciária de São Paulo, juiz federal Carlos Alberto Loverra, inauguraram no dia 27/5 a 1ª Vara-Gabinete do Juizado Especial Federal em Santo André.*



13/5 - VARA FEDERAL É INAUGURADA EM MOGI DAS CRUZES. O município de Mogi das Cruzes recebeu, no dia 13/5, sua 1ª Vara Federal mista instalada no prédio onde funciona o Juizado Especial Federal. Com a inauguração da nova vara, a população de Mogi e região têm maior facilidade de acesso à Justiça.*



20/5 - 1º CICLO DE ESTUDOS JURÍDICOS EM SOROCABA. Com o auditório da Faculdade de Direito de Sorocaba (FADI) lotado nos dois dias do evento (18 e 19/5), o Fórum Federal em Sorocaba promoveu seu 1º Ciclo de Estudos Jurídicos. "Foi um sucesso de público, um evento que engrandeceu muito a cidade e toda a comunidade jurídica local", disse a juíza federal diretora do Fórum, Sylvia Marlene de Castro Figueiredo.*



Fotos: Ricardo A. Nabarro

Fotos: Jefferson Messias



18/5 - MODERNIZAÇÃO DOS DETECTORES DE METAIS. A Justiça Federal iniciou um processo de renovação dos antigos detectores de metais com a aquisição de 91 novos equipamentos que estão sendo instalados gradativamente em todas as subseções judiciárias.

13/5 - PESQUISA DE SATISFAÇÃO. Entre março e abril deste ano a Justiça Federal em Ourinhos promoveu uma pesquisa de satisfação junto à comunidade da região para avaliar a qualidade dos serviços prestados pela 1ª Vara Federal e tomar as medidas necessárias para melhoria contínua da prestação jurisdicional.



Fotos: Helio C. Martins Jr.

3/5 - PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO. No dia 29/4 um grupo de juízes e servidores das varas previdenciárias da capital participaram da apresentação do Processo Judicial Eletrônico (PJe), realizada no Fórum Criminal/Previdenciário "Ministro Jarbas Nobre", na cidade de São Paulo.



* Assista também o vídeo-reportagem no nosso podcasting no endereço:

www.jfsp.jus.br/podcasting/

Avaliação de Desempenho

Jefferson Messias

Ao ingressar nos quadros de pessoal da Justiça Federal, cada servidor passa por um processo contínuo de avaliação que tem como objetivo acompanhar seu desenvolvimento profissional e pessoal, aprimorar habilidades e melhorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

A avaliação de desempenho é a ferramenta utilizada para acompanhar este desenvolvimento. Ela possui previsão legal na Constituição Federal (art. 41 § 4º), nas Leis 8.112/90 (art. 20) e 11.416/06 (art. 9), sendo instituída por meio das Resoluções 158/1996 do Conselho da Justiça Federal (CJF) como SUADES e 235/2001 - CJF como PROGED, atualmente alterada para SIADES (Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho Funcional).

A partir da implementação do SIADES, em vigor desde 29/1/2009, os servidores passaram a ser avaliados anualmente, utilizando a data inicial do efetivo exercício no cargo como referência para a contagem desses períodos.

Fatores de desempenho

Nos três primeiros anos da carreira encontram-se os servidores em estágio probatório e ainda não possuem estabilidade. Eles são avaliados em relação à produtividade, assiduidade, capacidade de iniciativa, disciplina e responsabilidade.

Os que já são considerados "estáveis" (passaram pelo estágio probatório) também são avaliados, porém com o objetivo de conseguirem a progressão funcional¹ e promoção² na carreira, que possui três classes e quinze padrões (veja o quadro). A avaliação de desempenho destes servidores utiliza como critérios a capacidade empreendedora, comunicação, administração do trabalho, competência técnica e produtividade, relacionamento interpessoal, foco no cliente e assiduidade.

Para que seja aprovado no estágio probatório e apto à progressão funcional, o servidor avaliado através do SIADES tem de obter resultado igual ou superior a 70% de aprovação em cada um dos requisitos de avaliação. A fim de conseguir a promoção, o servidor estável precisa tanto da nota exigida quanto da participação de, no mínimo, 80 horas em ações de treinamento durante os cinco anos em que permanecer na respectiva classe.

Aqueles que iniciaram o processo de avaliação em estágio probatório pelo SUADES continuarão a utilizar esse sistema até a data da terceira e última avaliação, passando a utilizar o SIADES (progressão e promoção) logo em seguida.

Etapas da avaliação

Os servidores em estágio probatório passam por três avaliações, sendo que a 1ª ocorre quando se completa o primeiro ano de efetivo exercício, a 2ª no segundo ano e a 3ª avaliação, quatro meses antes do término do estágio probatório. Nas duas primeiras fases, os cadernos de avaliação podem ser enviados por e-mail ao Setor de Processamento

e Acompanhamento de Avaliações de Desempenho (SEAD). Para o envio eletrônico é necessário que o caderno seja preenchido, assinado e depois digitalizado. Na 3ª e última avaliação o caderno impresso deve ser encaminhado via malote.

No caso dos servidores em fase de progressão e promoção, as avaliações anuais são realizadas até atingirem a classe/padrão C15. O período de avaliação também é diferente para

cada servidor por estar vinculado à data de seu ingresso na Justiça Federal. Os cadernos de avaliação originais nessa fase devem ser protocolizados e encaminhados para a Seção de Treinamento e Desenvolvimento (SUTD). Não podem ser encaminhados por e-mail.

Cada uma das avaliações anuais do SIADES é composta das seguintes etapas: entrevista de orientação e planejamento, acompanhamento do desempenho e conclusão. A entrevista de orientação e planejamento deve ocorrer na data em que o servidor ingressa no setor onde irá trabalhar, que pode ser sua lotação inicial ou nova lotação em virtude de alteração, esclarecendo quais são suas atribuições na unidade. Tem como objetivo dar a conhecer as normas e regulamentos a que estará sujeito e indicar as tarefas e atividades pelas quais será avaliado.

Durante o período de acompanhamento, o avaliador deve estar atento ao desempenho diário do funcionário, identificar situações que prejudiquem seu desenvolvimento e registrá-las no caderno de avaliação com o objetivo de eliminar os fatores intervenientes. O avaliado, por sua vez,



Eduardo Manelli Rizzoli
Diretor da Subsecretaria Judiciária e de Recursos Humanos (UREC)

deve conhecer os procedimentos do SIADES para que saiba o que é esperado em termos de desempenho e busque meios de se aprimorar, solicitando auxílio do superior quando necessário.

A conclusão é a etapa final do período de gestão, é o momento em que o caderno de avaliação de desempenho, devidamente preenchido e assinado, é encaminhado à área responsável pelas atividades de recursos humanos. Quando o avaliador for ocupante do cargo de supervisor, o titular da unidade ou diretor da área deverá assinar a avaliação em conjunto com ele.

Para auxiliar os servidores (avaliadores e avaliados) na implementação desse programa, a Justiça Federal de São Paulo disponibilizou no link "Serviços - Avaliação de Desempenho" da intranet, os cadernos de avaliação SIADES - Estágio Probatório, SIADES - Progressão/Promoção Funcional, os manuais de instrução do programa, dúvidas mais frequentes e a relação dos servidores em fase de progressão/promoção a serem avaliados em 2011. As informações sobre períodos de avaliação anteriores a 2011, assim como orientação para a realização adequada da avaliação de desempenho podem ser solicitadas pelo e-mail



adm_avalia_desempenho@jfsp.jus.br.

Desenvolvimento da Carreira

A servidora Mara Bertani, responsável pelas avaliações de desempenho do SEAD, destacou a importância dessa ferramenta de gestão de pessoas. "Quando corretamente utilizada, a avaliação de desempenho pode auxiliar na

motivação dos servidores e comprometimento da equipe. Ao ser incentivado a desenvolver-se pessoal e profissionalmente e receber o reconhecimento pelo desempenho do trabalho que realiza, o servidor passa a contribuir positivamente para a instituição".

Para o diretor da Subsecretaria Judiciária de Recursos Humanos (UREC), Eduardo Manelli Rizzoli, a avaliação de desempenho proporciona um meio para que os servidores estejam preparados para acompanhar as mudanças estratégicas e tecnológicas da Administração e atendam aos anseios sociais, com uma prestação jurisdicional mais célere e eficiente. "O que a Administração busca é qualificar os servidores por meio de programas permanentes de capacitação, fazendo com que desenvolvam aptidões para orientar e guiar o seu trabalho".

CARGO EFETIVO			
Cargo	Classe	Padrão	
Analista, Técnico e Auxiliar	C	15	Topo da Carreira
		14	
		13	
		12	
		11	Promoção Funcional
	B	10	
		9	
		8	
		7	Promoção Funcional
		6	
	A	5	
		4	
		3	Estágio Probatório
		2	
		1	

¹ A progressão funcional é a movimentação do servidor de um padrão para o seguinte dentro de uma mesma classe, observado o intervalo de um ano e de acordo com o resultado de avaliação formal de desempenho (AFD). O servidor em estágio probatório aprovado em cada uma das três avaliações também tem direito a essa movimentação, ou seja, após o término de cada avaliação poderá obter a progressão para o padrão subsequente e ao final do terceiro ano a aprovação no cargo (estabilidade).

² A promoção é a movimentação do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe seguinte (de A5 para B6 e B10 para C11), sendo necessária a aprovação na avaliação formal de desempenho e a participação em curso de aperfeiçoamento de no mínimo 80 horas, durante os cinco anos em que permanecer na respectiva classe. Exemplo: um servidor que estava na classe/padrão B6 em 5/6/2006 tem até 4/6/2011 para cumprir as 80h, pois a partir de 5/6/2011, cumprida todas as exigências passará para a classe/padrão C11.

Expedição de certidões via internet

Ricardo Acedo Nabarro

Sair de casa para ir até a Justiça Federal, preencher o pedido, pagar a taxa, esperar dias para depois retornar ao fórum e retirar a certidão, são procedimentos do passado. Graças à modernização do sistema de emissão de certidões da JF/SP o usuário não precisa mais se deslocar até o fórum, nem tampouco pagar taxa para obter o documento. Tudo pode ser feito no computador de casa, e de graça.

Cerca de 144 mil certidões, por mês, são solicitadas pela internet somente na Seção Judiciária de São Paulo. Destas, aproximadamente 135 mil são emitidas na hora pelo sistema (nada consta). Os demais pedidos, cerca de nove mil, que constataram ter processo na Justiça Federal, seguem para análise na Seção de Expedição de Certidões (SUEC), onde passam por checagem minuciosa dos dados informados (nome, razão social, CPF ou CNPJ). Eventuais homônimos são identificados neste momento e eliminados. Por fim, a certidão é disponibilizada para impressão em, no máximo, três dias úteis.

Existem dois tipos de certidões emitidas pela Justiça Federal: de distribuição e para fins eleitorais. A certidão de distribuição é mais solicitada para documentação de aprovados em concurso, compra e venda de imóvel, por empresas para regularização de cadastro de funcionários (infraero, empresas de segurança/vigilância) e por estrangeiros, principalmente do Mercosul, para regularização da situação no Brasil. A certidão para fins eleitorais deve ser solicitada somente quando for necessária sua entrega na Justiça Eleitoral.

A informatização total das certidões ocorreu em 2009, revolucionando a metodologia de expedição. A mudança, no entanto, começou em 2005, quando foi implantada a certidão negativa pela internet. "Antes os pedidos eram feitos em formulário próprio, com pagamento de taxa na Caixa Econômica Federal e depois de protocolados eram digitados e processados", conta a supervisora da SUEC, Eliana da Silva.

Após a checagem dos dados (análise da relação de prováveis), os processos eram marcados um a um, as certidões eram impressas em formulário contínuo, assinadas, destacadas e colocadas no setor de entrega para serem retiradas pelos requerentes. Cada fórum da capital e do interior cuidava de seus pedidos.

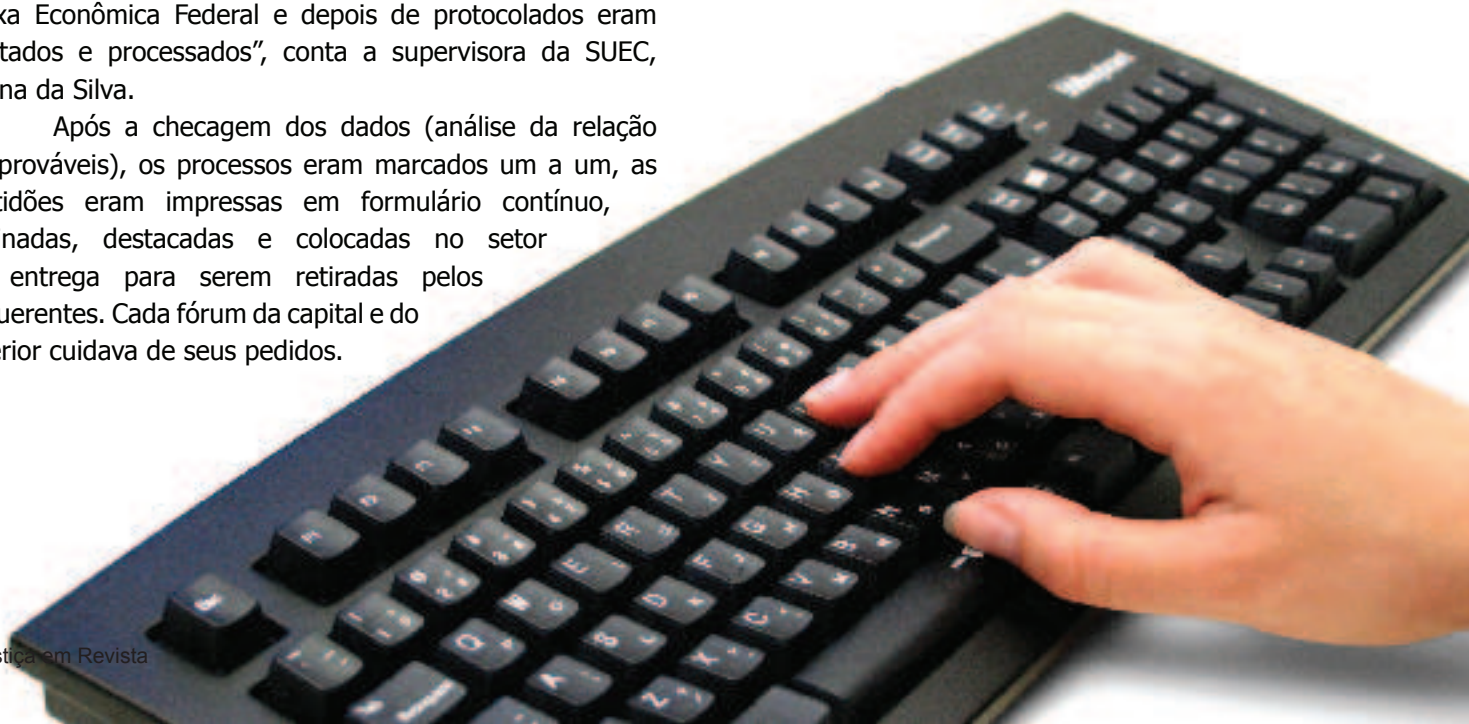
"Em 2007 ocorreu a primeira mudança importante para chegarmos ao sistema atual que é, hoje, centralizado. Todos os pedidos passaram a ser feitos pela internet e somente quando o requerente nos procurava para retirar a certidão é que imprimíamos o documento. Com isso, eliminamos o desperdício de papel com certidões que não eram retiradas", lembra Eliana.

A diminuição no quadro de servidores lotados na Seção comprova como o sistema informatizado se tornou eficiente: de dez servidores passou para apenas um em poucos anos. A modernização do sistema ocorreu graças ao trabalho conjunto dos setores de Informática do TRF3, Núcleo de Apoio Judiciário, Seção de Expedição de Certidões e Diretoria do Foro.

Inovação: Certidões sem CPF

Até abril de 2011 somente pessoas físicas ou jurídicas com CPF ou CNPJ podiam solicitar certidões pela internet. Com a publicação da Ordem de Serviço 04/2011-DF, em 5/4/2011, mesmo as pessoas sem estes documentos podem solicitá-las no site da Justiça Federal de São Paulo (www.jfsp.jus.br), na opção "Emissão de Certidões de Distribuição sem CPF".

Este recurso foi implantado para facilitar o atendimento às pessoas que não possuem CPF e não podiam solicitar a certidão pela internet, especialmente os estrangeiros vindos do Mercosul que necessitam desta certidão para regularizar a situação no Brasil. "Com isso facilitamos o trabalho destas pessoas que necessitam da certidão para regularizarem sua situação no país. Hoje, nenhuma certidão é retirada pessoalmente", finalizou Eliana.



Postura correta é chave para o bem estar

Vinicius Ribeiro

Iludem-se os que pensam que apenas trabalhos braçais trazem desgaste físico. Ficar horas em frente a um computador pode ser uma tarefa tão estafante quanto qualquer trabalho braçal e, exatamente por esse motivo, a Justiça Federal de São Paulo, por meio de seu Núcleo de Saúde, desenvolve e aplica diversas ações para preservar o bem estar do servidor no exercício de sua função.

Com o passar dos anos, diversos projetos como o 'Programa de Prevenção e Controle da Pressão Arterial', 'Avaliação de Saúde dos Servidores da Capital' e diversas palestras e oficinas sobre 'Prevenção do Estresse' foram realizados com o intuito de auxiliar e conscientizar o servidor nos cuidados com sua saúde e outros estão por vir, como por exemplo, o 'Vigilantes do Peso', já existente no TRF3.

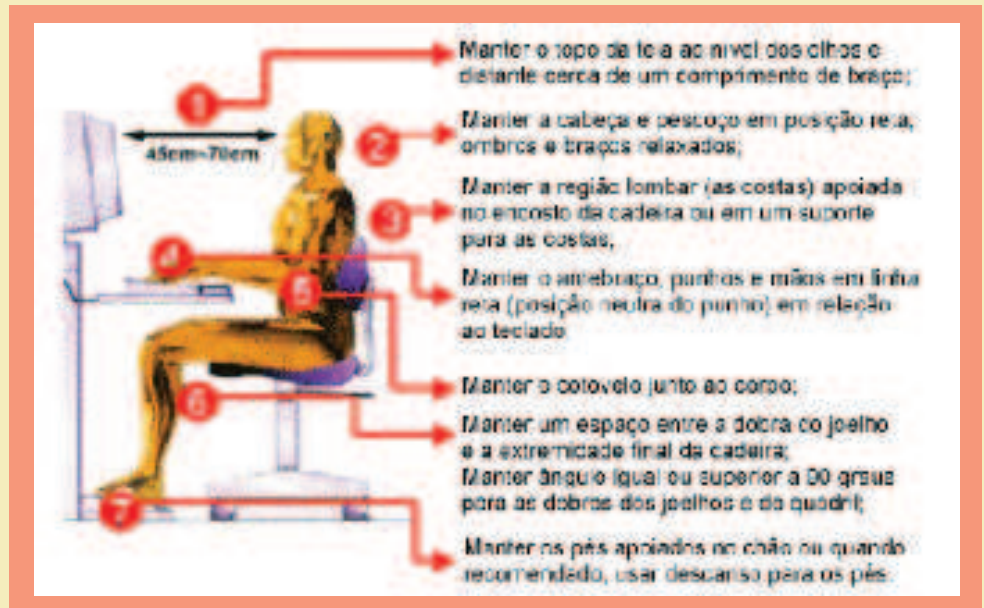
Preservar o bem estar de uma pessoa é bem mais do que simplesmente evitar que adoça, como comentou a supervisora-assistente do Setor de Prevenção e Qualidade de Vida, Luiza de Resende Mendes. "Não são somente fatores de ordem física que afetam a saúde das pessoas, entre as ações para preservá-la podemos citar o incentivo a atividades físicas e alimentação saudável. Também é bom lembrar que o bem estar não é um estado permanente, portanto sempre precisa de cuidados", completou.

Postura

Porém, por mais que se devam ter cuidados em todos os aspectos que contribuam para uma vida saudável, é inegável que, no desempenho do trabalho da maioria dos servidores da Justiça Federal, a maior "vilã" da saúde é a postura incorreta.

Segundo o portal da internet Orientações Médicas, alguns cuidados podem ser tomados para que o corpo não sinta os efeitos da rotina de trabalho:

Por mais que hoje as informações a respeito dos cuidados que as pessoas devem ter com sua saúde cheguem mais facilmente, o Núcleo de Saúde da Justiça Federal também faz questão de agir para que os servidores tenham cada vez menos problemas de saúde decorrentes do exercício profissional.



O maior exemplo disto é o 'Programa de Ginástica Laboral', que foi iniciado em junho. "Cada empresa contratada fará o diagnóstico dos postos de trabalho. Com isso poderá montar um plano de atuação para cada fórum atendido", conta a diretora do Núcleo de Saúde, Rosa Maria do Prado Oliveira. Para agosto está previsto o início da segunda etapa que aplicará a ginástica laboral nos locais de trabalho. O programa atualmente abrange as subseções da capital, grande São Paulo e de Santos, mas deverá ser estendida a toda Seção Judiciária do Estado de São Paulo.

Medicina do trabalho

Os problemas decorrentes do exercício laboral são tão frequentes nos diversos ramos e atividades que, para tratar exclusivamente dessas questões, existe especialidade médica do trabalho, que exerce um papel fundamental no tratamento e, especialmente, na prevenção de problemas decorrentes do exercício profissional.

A participação e implementação de métodos para a manutenção da saúde e a participação em fóruns de discussão de assuntos ligados ao bem estar do trabalhador são algumas das ações que realizam, diz o presidente da Associação Nacional de Medicina do Trabalho, Carlos Campos.

"Milhões de trabalhadores poderão entender que, de alguma forma, estaremos presentes em suas vidas, principalmente buscando o seu bem estar, saúde e qualidade de vida", completou.

Piracicaba

Fernando Coleti

Fundada em 1º de agosto de 1767, com nome proveniente do tupi-guarani, Piracicaba significa “lugar onde o peixe para”, em referência às quedas que bloqueiam a piracema no rio que corta a cidade. Atualmente, o município é o décimo sexto mais populoso do estado de São Paulo, com cerca de 360 mil habitantes, de acordo com o censo realizado em 2010.

Piracicaba se localiza em uma das regiões mais prósperas do interior paulista, com destaque para o setor agrícola e industrial. A cidade é um dos maiores pólos produtores de açúcar e álcool do mundo e, além disso, é reconhecida pela preocupação ambiental, recuperando áreas degradadas e apostando na biotecnologia. Do mesmo modo, o setor industrial também se destaca na região. Mais de cinco mil indústrias ali estão instaladas, sobressaindo-se as que atuam nos setores têxtil, mecânico, metalúrgico e combustível.

Em face desse crescimento e da importância que o município foi ganhando, verificou-se a necessidade de instalação de um fórum federal para a região. Em 15 de agosto de 1994, foi inaugurada a 9ª Subseção Judiciária da Justiça Federal de São Paulo em Piracicaba. No início, o Fórum Moacyr Amaral Santos localizava-se em um prédio da

União Federal, com apenas duas varas, no distante distrito de Santa Terezinha. Cinco anos depois, o Fórum mudou-se para um local central da cidade (avenida Mário Dedini, nº 234), facilitando o acesso da população. No final de 2000, foi inaugurada a 3ª Vara Federal.

Na última década, houve grande desenvolvimento econômico na região e, conseqüentemente, um crescimento

na quantidade de ações judiciais, fazendo com que a Justiça Federal de Piracicaba passasse por alguns ajustes. Em 2007, houve a reinauguração das instalações, com a locação de prédios adjacentes, aumentando a área útil do Fórum de 1.500 m² para 4.000 m². Como consequência dessa ampliação, em 9 de dezembro de 2010 foi inaugurada a 4ª Vara Federal e, em breve, será instalado o Juizado Especial Federal e mais uma vara, já prevista em resolução do Conselho da Justiça Federal. Para a juíza federal diretora do Fórum, Rosana Campos Pagano, “a prosperidade da Subseção se deve, sobretudo, à competência e sensibilidade presentes na anterior e

atual gestão da presidência do TRF3, assim como em suas respectivas diretorias do Foro”.

Atualmente, mais de 35 mil ações tramitam na Subseção que abrange, além de Piracicaba, outras dezenove cidades, com uma população estimada em torno de 1,2 milhão de pessoas. A maior parte dos processos versa sobre matérias previdenciárias e execuções fiscais.

Além disso, por ser uma região industrial, o posto da Receita Federal da cidade é o sexto maior do país em volume de exportações e o oitavo em volume de importações, sem considerar alfândegas e inspetorias, ensejando assim várias ações judiciais no fórum federal.

Embora tenha tido um enorme crescimento recente, Piracicaba ainda é considerada um ótimo lugar para morar. O rio, que leva o nome da cidade, sua ponte pênsil e seu mirante ainda atraem vários turistas e novos moradores. De acordo com Rosana Pagano, “por sua beleza exuberante e qualidade de vida, trata-se de um excelente local para trabalhar e viver”.

Data de Fundação
1 de agosto de 1767

População:
364.571 (IBGE)

Área:
1.376 km²

Densidade Demográfica:
264,77 hab/km²

Distância da capital:
180 km

Fachada do Fórum Federal de Piracicaba





**Responsabilidade Civil
Objetiva por Dano Provocado
pelo Tabaco no Código de
Defesa do Consumidor**

Autor: Silvio Tonietto

A obra traz à comunidade jurídica informação e análise a respeito das causas ligadas a produtos derivados do tabaco, em especial o cigarro, que geram inúmeras ações judiciais, com decisões controvertidas, ora favoráveis, ora desfavoráveis aos consumidores que se sentem lesados.



**Direito Eleitoral: Ação de
impugnação ao pedido de
registro de candidatura**

Autor: Marcos Vinicius dos Santos

O trabalho foi escrito com a finalidade de auxiliar a compor uma política mais honesta. O livro traz questões importantes para a atualidade, que discute a questão da ficha limpa. Em uma linguagem direta e enxuta o autor discorre sobre os meandros da referida ação.

CARTAS

Sou bibliotecária da Justiça Federal no Piauí e recebemos a JUSTIÇA EM REVISTA . No último número (junho 2011) achei muito interessante a matéria PEQUENAS CAUSAS, GRANDE TRABALHO, parabéns!

ELIANA CANDEIRA VALOIS
Supervisora da SEBIBI-PI

Este espaço é dedicado a opiniões, sugestões, elogios e críticas do leitor. Encaminhe o seu texto para: imprensa-jfsp@jfsp.jus.br ou entre em contato com o Núcleo de Comunicação Social pelo telefone: (11) 2172-6175.

Quem foram as personalidades que, hoje, dão nomes aos nossos Fóruns? A partir desta edição, o Centro de Memória trará informações sobre a importância desses juristas na construção da história do Poder Judiciário.



**Pedro Augusto
Carneiro Lessa
(1859-1921)**

Nascido em 25 de setembro de 1859, na província de Serro/MG, após concluir seus estudos primários e secundários em sua terra natal, deslocou-se para São Paulo, em 1876, onde cursou a Faculdade de Direito. Recebeu o grau de Bacharel, em 1883, e defendeu a sua tese de doutorado em 1888. Teve atuação marcante enquanto jurista, magistrado, político e professor. Iniciou carreira pública em 1885, como secretário da relação de São Paulo. Foi também docente na Faculdade de Direito de São Paulo, tendo sido eleito deputado na Assembléia Constituinte de São Paulo em 1891. Em 1907, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal pelo então presidente da República Affonso Penna. No STF ampliou a instituição do habeas corpus para além dos casos previstos na Constituição de 1891. Foi eleito, em 1910, para a Academia Brasileira de Letras. Em 1916, foi um dos fundadores, no Rio de Janeiro, da Liga de Defesa Nacional, ao lado de Olavo Bilac, Pedro Lessa, Miguel Calmon e Rui Barbosa. A Liga, presidida por Rui Barbosa, popularizava a idéia do serviço militar obrigatório e reforçava a importância das Forças Armadas. (CM)

Foto do site www.stf.jus.br




IMAGEM DA VEZ

“Tirei esta foto em dezembro de 2010 num cruzeiro para Búzios. O entardecer foi esplendoroso e a viagem maravilhosa!”

Lesley Lima M. da Silva Rangel
Técnica Judiciária
Núcleo de Saúde - São Paulo, SP

Magistrados e servidores podem enviar suas fotos para publicação na Revista pelo endereço: imprensa-jfsp@jfsp.jus.br. As imagens deverão conter ou transmitir uma história, mensagem ou uma dica de viagem, e deverão ser de autoria do remetente e possuir boa resolução e qualidade fotográfica, com uma pequena frase explicativa.

Banco de teses, dissertações e monografias



O Núcleo de Biblioteca disponibiliza na página da rede de Bibliotecas da Justiça Federal de São Paulo um banco de dados com teses, dissertações e monografias de autoria de magistrados e servidores da Instituição. O objetivo é compartilhar o conhecimento nas áreas do Direito, Administração Pública e Língua Portuguesa, possibilitando o intercâmbio de idéias.

ACESSE

www.jfsp.jus.br/bibliotecas/